

## NA INTIMIDADE DA ESCRITA A CONSEQUÊNCIA É O AMOR: LITERATURA CASSANDRIANA ENTRE O EROTISMO, OBSCENIDADE E A PORNOGRAFIA (1970-2001)<sup>1</sup>

Francisca Aline Cordeiro da Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** Alcançando a marca de 1 milhão de exemplares vendidos na década de 1970, a escritora Cassandra Rios, pseudônimo usado por Odete Rios (1932-2002), foi um sucesso de vendas e de proibições durante a Ditadura Militar brasileira (1964-1985). Abordando a partir de uma escrita simples a presença de amores lésbicos e a reprodução sexual de modo explícito, a mesma, para além de ter boa parte de sua obra apreendida pela censura do regime, recebeu a titulação de escritora “pornográfica” seja pela censura como pela crítica literária. Assim, é de objetivo deste trabalho analisar de que modo a referida escritora buscou um afastamento de sua produção do gênero “pornográfico”. Em outras palavras, analisaremos como Cassandra tentou construir a ideia de que não escrevia pornografia. Para tanto, faremos uso de jornais e revistas onde a literata concedeu entrevistas e trouxe à tona tal discussão. Em nossa análise, compreendemos que, Cassandra procurou construir caminhos para afastar sua obra da pornografia ao se utilizar de um rebaixamento e desqualificação desta categoria, ao mesmo tempo, ela produziu a ideia de que o sexo entre suas personagens se dava porque as mesmas se amavam, suavizando, romantizando e tentando aproximar tal atitude do que é esperado pela figura feminina em nossa sociedade conservadora, onde “sexo”, “mulher”, “prazer” e “vontade” não podem caber na mesma frase.

**Palavras-chave:** Cassandra Rios. Pornografia. Crítica literária. Censura. Amor.

## IN THE INTIMACY OF WRITING THE CONSEQUENCE IS LOVE: CASSANDRIAN LITERATURE BETWEEN EROTICISM, OBSCENITY AND PORNOGRAPHY (1970-2001)

**Abstract:** Reaching the mark of 1 million copies sold in the 1970s, the writer Cassandra Rios, pseudonym used by Odete Rios (1932-2002), was a success of sales and prohibitions during the Brazilian Military Dictatorship (1964-1985). Addressing from a simple writing the presence of lesbian love and sexual reproduction in an explicit way, the same, in addition to having much of her work seized by the censorship of the regime, received the title of "pornographic" writer by both censorship and literary criticism. Thus, the objective of this work is to analyze how the referred writer sought a distance of her production from the "pornographic" genre. In other words, we will analyze how Cassandra tried to construct the idea that she did not write pornography. To do so, we

<sup>1</sup> O presente artigo é fruto das reflexões desenvolvidas em minha pesquisa monográfica que teve por título: Páginas censuradas: obscenidade, pornografia e imoralidade em *Uma mulher diferente* de Cassandra Rios (1965-1975), orientada pela Prof.<sup>a</sup> Ma. Cintya Chaves.

<sup>2</sup> Possui graduação em História pela Universidade Estadual do Ceará, campus da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (UECE/FAFIDAM). Atualmente cursa o mestrado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC), onde é bolsista CAPES, integrando a linha de pesquisa Cultura e Poder, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dra. Meize Regina de Lucena Lucas. Email: [francisca.aline2015@gmail.com](mailto:francisca.aline2015@gmail.com)

will make use of newspapers and magazines where the writer gave interviews and brought up this discussion. In our analysis, we understand that Cassandra tried to build ways to keep her work away from pornography by using a debasement and disqualification of this category, at the same time, she produced the idea that sex between her characters happened because they loved each other, softening, romanticizing and trying to bring such an attitude closer to what is expected by the female figure in our conservative society, where "sex", "woman", "pleasure" and "will" cannot fit in the same sentence.

**Keywords:** Cassandra Rios. Pornography. Literary Criticism. Censorship. Love.

## 1 Introduzindo palavras e provocando sensações

Ah, prefiro obscena! É uma palavra bonita, sensual. “Pornografia” já é outra coisa. Devia ser “porco-grafia”! Meus livros não são pornográficos. São livros de amor [...] (Cassandra Rios. Revista TPM, 2001, p. 07).

O fragmento acima foi dito pela escritora paulistana Odete Rios (1932-2002), que usara ao longo de sua carreira o pseudônimo “Cassandra Rios”. Adentrando ao mercado editorial ao final dos anos de 1940, com a publicação de seu primeiro romance *Volúpia do pecado* (1948) e se consolidando profissionalmente entre os anos 60 e 70, em meio a um regime autoritário instaurado em 1964, Cassandra trouxe em sua literatura amores lésbicos e a presença da reprodução sexual de modo explícito; além disso, construiu suas narrativas de modo simples, evitando assim rebuscamento. Em consequência, a literata teve sua obra desqualificada pela crítica literária, que a rebaixou como “subliteratura”, e em “parceria” com a censura exercida pelo regime militar enquadraram como uma escritora “pornográfica”. Boa parte de sua obra<sup>3</sup> foi apreendida com a justificativa de que a mesma atentava contra a moralidade pública.

No entanto, a “censura” não será objeto de análise desta produção, mas, a relação de Cassandra Rios com a literatura “pornográfica”. Como é evidente no trecho destacado no início, a autora aqui estudada deseja e constrói para si um afastamento do pornográfico. Organizada pela *Revista TPM* em julho de 2001, a entrevista foi realizada por Fernando Luna, que durante a conversa destacou a afirmação do escritor Henry Miller ao dizer que prefere ser considerado um escritor obsceno do que pornográfico, e questionou Cassandra sobre o modo como ela preferia ser chamada. E a resposta obtida destacamos acima. Tal entrevista não foi o único momento em que Cassandra

<sup>3</sup> De acordo com Kyara Maria de Almeida Vieira (2014), Cassandra escreveu em média 50 livros e teve aproximadamente 36 apreendidos pelo regime militar.

procurou construir a ideia de que sua obra não pertencia à pornografia, de que ela não escrevia romances pornográficos, assim, temos por objetivo com esta pesquisa analisar como Cassandra Rios tentou distanciar sua obra da titulação de pornografia.

Dessa forma, é importante ratificar que ao propomos uma discussão entre Cassandra Rios e a literatura pornográfica não pretendemos com este trabalho produzir uma definição para a referida categoria, muito menos, delimitar se Cassandra é ou não uma escritora pornográfica. Nossa proposta é a de compreender como Cassandra quis construir um distanciamento entre sua produção e a titulação dada pela crítica literária e censura. A fim de alcançarmos o objetivo proposto faremos uso das entrevistas concedidas por Cassandra às revistas *Realidade* (1970), *TPM* (2001) e aos jornais *Lampião da Esquina* (1978; 1980) e *Pasquim* (1976).

Assim, nossa pesquisa terá por recorte temporal o período de 1970 a 2001, marca temporal estabelecida pelas fontes encontradas em que Cassandra tenta convencer de que sua produção não é pornográfica, sendo este o critério de seleção. Mesmo que Cassandra tenha concedido mais entrevistas a esses e a outros veículos de imprensa, faremos uso somente dos destacados acima, tendo em vista os objetivos estabelecidos.

Necessitando compreender o modo como o mercado editorial pornográfico se estabelecia no período estudado, e a discussão em torno da literatura pornográfica, elencaremos mais fontes em nossa discussão. Assim, selecionamos algumas matérias do *Jornal do Brasil* (1972; 1974; 1975) para aprofundarmos as discussões pretendidas.

## 2 Um Ícone da Pornografia: Cassandra Rios

Refletir sobre a figura de Cassandra Rios é sempre muito difícil. Mulher que soube, ao nosso ver, construir muito bem uma imagem de si, seja nas entrevistas ou em suas autobiografias, Cassandra, como toda escritora, sabe muito bem fazer uso das palavras. E as palavras a rodeiam desde a infância. Segundo a própria, sua paixão pela literatura vem desde muito jovem, escrevendo poesias, lendo muitos livros e chegando a publicar contos quando tinha 13 anos de idade para o jornal *O Tempo*, por meio de um concurso em que fora vencedora. Sua primeira publicação veio em 1948, contando com a falsificação da sua idade, o auxílio financeiro da mãe, dona Damiana, e a promessa de que ela nunca leria o material, Cassandra vê seu primeiro romance nascer. O assunto do livro? O amor entre mulheres.

Para além de tentar esconder o conteúdo do livro de sua mãe, ao pedir que promettesse que nunca o lesse, Cassandra tenta esconder a si mesma de seus leitores, já fazendo uso de pseudônimo desde o seu primeiro conto publicado no *O Tempo*, ela continuou fazendo isso quando passou a publicar seus romances nas casas editoriais. Obviamente que escrever sobre a homoafetividade e sobre sexo nos finais dos anos 40 causariam burburinho. Mesmo não estando ainda em uma ditadura, as questões comportamentais já eram de preocupação do governo. Um dos fatores que fizeram com que Cassandra tivesse que contar com o financiamento do livro dado por sua mãe, foi porque as editoras, segundo a própria literata, para além de não publicarem livros de autores desconhecidos, se recusaram a publicar o que constava nos escritos de Cassandra. Porém, de acordo com Kyara Maria de Almeida Vieira (2014), ainda atrelado à “missão civilizadora” gerada no governo de Getúlio Vargas, o mercado editorial da época irá publicar somente grandes nomes da literatura.

Após publicar *Volúpia do pecado* (1948), a escritora não parou de escrever. Ao todo, constam-se uma média de 50 livros publicados (VIEIRA, 2014), onde a autora abordou a homoafetividade feminina, em grande maioria, mas trouxe também, a homoafetividade masculina, personagens travestis, além desses livros nadarem em temáticas como prostituição, candomblé, espiritismo, bruxaria e violência policial. Além da escrita, Cassandra atou também como locutora de rádio, possuiu uma livraria e, após a saída do país da ditadura, se candidatou em 1986 a Deputada Estadual pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), mas acabou não sendo eleita.

Sendo tachada segundo ela mesma, mas sem especificar por quem, a escritora fora titulada de “papisa do homossexualismo” e “escritora maldita” (RIOS, 1977), Cassandra foi um sucesso de vendas, atingindo a marca de 1 milhão de livros vendidos em 1970 (PIOVEZAN, 2005), e sendo uma das poucas escritoras a conseguir se manter exclusivamente dos direitos autorais. Juntamente com o sucesso veio as proibições, que censurou aproximadamente 36 de seus livros com a prerrogativa de que os mesmos eram atentatórios à moralidade pública.

### 3 Mais íntimo que as paredes de um quarto: literatura pornográfica e censura nos anos de 1970

José Montello afirma que convém distinguir a literatura erótica e a obscena ou pornográfica. A primeira tem um sentido e uma intenção de arte, ao passo que a segunda é uma excitação da sensualidade pela palavra escrita. A primeira corresponderia, no plano das artes plásticas, ao chamado nu artístico. A segunda é o postal obsceno, que se vende por baixo da mesa. “Admito a literatura erótica, como condeno, por sua grosseria, a pornográfica” (JORNAL DO BRASIL, 1975, p. 10).

O trecho acima, fez parte do artigo publicado por Virgílio Moreira, no dia 18 de janeiro de 1975, nas páginas do Caderno B<sup>4</sup> do *Jornal do Brasil*<sup>5</sup>. A afirmação do escritor e jornalista José Montello, compõe várias opiniões dadas por diversas figuras, sejam elas, professores, diretores de editoras e escritores<sup>6</sup>. Recebendo o título de “Na literatura, onde começa a obscenidade?”, o fragmento, ao nosso ver, não tentou determinar o que seu autor estava compreendendo por pornografia e erotismo. Inclusive, é importante destacar que boa parte das opiniões dadas não fogem da que foi estabelecida por Montello.

Antes de darmos início a análise do trecho, é de extrema importância partirmos do questionamento: por que esse artigo se faz presente no jornal? A princípio, analisando o título e as primeiras linhas da matéria, tendemos a presumir que o mesmo busca refletir sobre de que modo as categorias mencionadas no fragmento acima devem ser compreendidas. E talvez, essa pode ter sido um dos objetivos do texto, contudo, não merece ser considerada como a única e a principal função da matéria. A produção historiográfica que busca refletir sobre o modo como a imprensa merece receber atenção, mais precisamente, o modo como práticas metodológicas devem ser desenvolvidas para este tipo de fonte, destacam a importância de se ter em mente o momento de produção desse tipo de documento. Assim como todo e qualquer fonte, questões que ultrapassam o que está escrito e o que está explícito permeiam a produção do material. Desta forma, questionamos: em que momento a matéria acima foi produzida?

Segundo Maria Mercedes Otero (2003) e Tânia Pellegrini (2014), ao refletirem sobre o mercado editorial dos anos de 1970, afirmam que o mesmo recebeu diversos investimentos que consequentemente se refletiram em um aumento da produção e comercialização de livros. Iniciado

<sup>4</sup> Criado em 15 de setembro de 1960, para substituir o Suplemento Feminino, o Caderno B foi considerado, de acordo com Vilma Moreira Ferreira (2008), como algo inovador por ser o primeiro material que reuniu todas as seções relacionadas às atividades culturais em um caderno diário. Assim, seu conteúdo girava em torno de matérias sobre cinema, teatro, literatura, exposições, ao mesmo tempo em que se relacionava com a política e a economia do país. A referida autora afirma que o Caderno tinha por objetivo muito mais do que informar o leitor, mas, formalizar opiniões sobre o que acontecia.

<sup>5</sup> Segundo Lívia Bruna da Silva (2021), o *Jornal do Brasil* fora criado em 1891 no Rio de Janeiro por Rodolfo de Sousa e Joaquim Nabuco, e defensor da Monarquia. A partir de 1894 passou a ser dirigido pela família Mendes de Almeida, e depois da família Conde de Pereira Carneiro e Nascimento Brito. Em seus atributos ele se propunha a ser um jornal católico, defensor da iniciativa privada e constitucional. Ele se manteve progressista em relação ao governo de João Goulart, porém, torna-se opositor ao governo a partir das inclinações do presidente aos movimentos de Esquerda, apoiando assim o primeiro governo militar instaurado em 1964. No entanto, tal apoio se encerrou com o governo de Costa e Silva após a promulgação do Ato Institucional número 5 (AI-5) e de um acirramento maior da ditadura existente. A partir dos anos de 1990 sua circulação declina e sua última produção de modo impresso se deu em 31 de agosto de 2010, passando a ser publicado de modo digital.

<sup>6</sup> Professor Antônio Houaiss; Gabriel Athos Pereira, diretor da Editoria José Olympio; Ruy de Castro, diretor da Companhia e Editora Forense e os escritores: Flávio Moreira, Ary Quintella e Antônio Celso Alves Pereira.

desde os anos 30 com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), mas criando também outros órgãos como, Grupo Executivo da Indústria do Livro (GEIL) e o Grupo Executivo da Indústria do Papel e das Artes Gráficas (GEIPAG), tais instituições realizaram financiamentos de livros, traduções de produções estrangeiras, incentivaram a comercialização e isentaram as taxas de importação de equipamentos gráficos. Heloisa Buarque de Hollanda e colaboradores (1980) afirmam que, “aproveitando-se de uma conjuntura internacional favorável e assegurando a aprofundamento dos laços de dependência com o capital internacional, o Estado irá promover o clima eufórico e ufanista do ‘Milagre Brasileiro’” (HOLLANDRA e col., 1980, p. 10).

Investindo em empresas estatais e possibilitando um aumento no crédito de consumo para determinada parcela da população, fazendo assim com que houvesse uma maior facilidade de compra e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Além disso, Reimão (1993), houve uma diminuição das taxas de analfabetismo, que regrediu de 39% para 29% entre os anos 1970 a 1980. E Marcelino (2006) destaca que em tal período houve um investimento maior no setor livreiro, onde o autor destaca a importação de livros *best-sellers* norte-americanos, que abordando temas como, sexo e violência, fizeram sucesso entre os leitores; como também, a capacitação e profissionalização de escritores e a importação de máquinas e equipamentos do setor gráfico.

Após esse panorama geral sobre o momento em que nossa pesquisa está recortada e a conjuntura na qual o fragmento do *Jornal do Brasil* foi produzido, iremos agora nos determos sobre o mesmo. Ao observarmos o título em questão, é de se esperar que em seu conteúdo aborde delimitações e diferenciações entre a literatura erótica, obscena e pornográfica, e mesmo que haja tal reflexão, principalmente no início do artigo, ela não perdura todos os posicionamentos das figuras destacadas. Em grande maioria são apresentadas as opiniões de escritores e diretores sobre tais categorias. No caso de Montello, mesmo que ele elenque diferenciações entre o erotismo e a pornografia, ao final, ele traz sua opinião pessoal sobre tais produções, não deixando dúvidas de que o erótico possui valor, é considerado arte e o pornográfico, não. Diferente do escritor Antônio Torres.

Antônio Torres, que já vai para o 3º livro, acentua que o problema da literatura erótica é que de erótica ela não tem nada e muito menos de literatura. Pornografia pela pornografia só engana os incautos. Uma coisa é *O Último Tango em Paris* (o filme), outra coisa é Cassandra Rios. “Ponha os jornais de crimes, as revistas pornográficas e a chamada literatura erótica num mesmo saco: um tráfico de dinheiro para quem os fabrica. É a indústria do lucro fácil e da alienação. Como vivemos numa sociedade que é um vale tudo pelo lucro fica por demais óbvio o interesse de certas editoras por esse tipo de publicação (JORNAL DO BRASIL, 1975, p. 10).



Divergindo de Montello, Antônio Torres não apresentou definições entre a literatura erótica e pornográfica. Mesmo estando cientes de que as falas são passíveis de cortes pelos editores do jornal e que podemos ter por hipótese de que ele poderia até ter comentado, mas o jornal quis dar destaque somente para o fragmento acima. Desde o início Torres realiza um rebaixamento de ambas e as coloca no mesmo patamar. Um outro ponto que merece destaque é, por que esta discussão está se fazendo presente? Como falado anteriormente, durante os anos de 1970, o mercado editorial se consolidou, havendo assim, uma maior produção e consumo da literatura. Entre tantos temas trabalhados, o sexo se viu bastante discutido, seja pela literatura estrangeira que adentrava ao país, fazia sucesso e influenciava assim, na produção nacional, como, segundo Marcelino (2006), em revistas que instruíam sobre como melhorar o desempenho sexual, para além de um debate sobre a sexualidade dentro do espaço acadêmico.

Porém, um outro aspecto merece ser levantado, para além de uma maior discussão sobre questões relacionadas ao sexo e à sexualidade, é importante destacar a atuação da censura neste momento, onde lançaremos um pequeno panorama sobre a referida atividade para assim dar prosseguimento da análise da fonte já comentada.

De início, com as contribuições de Alexandre Stephanou (2004), Robert Darton (2016) e Meize Lucas (2020), compreendemos o conceito de “censura” para além da esfera do “proibido”, do ato de silenciamento, mas como um controle, “uma ação que visa interditar discursos que apontem tensões sociais, coloquem em questão figuras de autoridade, como o Estado, as forças armadas, e a Igreja, foquem dissensões políticas ou abordem as diferentes formas de violência, física e simbólica” (LUCAS, 2020, p. 384).

Ao refletirmos sobre a atuação da censura dentro do regime militar instaurado em 1964, devemos ter de imediato a noção de que a atividade censória não deve ser compreendida como atuante somente em regimes de exceção. De acordo com Thiago Silva (2016), a censura dentro do cenário brasileiro, realizada de modo institucional pode ser determinada com a Constituição de 1937, que garantia a liberdade de expressão, contanto que ela não atentasse contra a moralidade pública, assim, os materiais deveriam passar, antes da sua publicação, por uma censura de modo prévio. E também, com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda<sup>7</sup> (DIP), durante a ditadura varguista, em 1939. Ainda de acordo com Silva (2016), pós a saída do país de tal regime, o DIP foi extinto em 1945 e fora criado o Departamento Nacional de Informações (DNI). Possuindo uma

<sup>7</sup> Era de responsabilidade de tal órgão a promoção da censura a filmes, letras de música, peças teatrais, imprensa, emissoras de rádio, bem como, a produção de cartilhas que divulgassem e exaltassem as ações e o próprio governo.

atuação breve, este órgão foi desativado no governo de Eurico Dutra iniciado no ano seguinte. Em finais do ano de 1945 e início de 1946, foi criado e regulamentado a atuação do Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), contudo, diferente do DIP e do DNI este novo órgão não realizava a prática censória da imprensa, somente os das “diversões públicas”, ou seja, música, rádio, cinema, etc.

Um ponto a ser destacado é o de que desde a Constituição de 1937 até as atividades promovidas pelo SCDP, a censura às diversões públicas não realizava uma avaliação da produção literária, e ao manifestar que materiais atentatórios aos bons costumes seriam proibidos, o texto da Constituição não faz menção aos livros. Só teremos uma legislação que determina a avaliação de modo prévio tais publicações com a Lei de Imprensa, promulgada em 9 de fevereiro de 1967, por meio da Lei 5.250. Assim, o Ministro da Justiça poderia, “quando a situação reclamasse urgência, acionar a Polícia Federal e determinar a apreensão de publicações em todo o território nacional (MARCELINO, 2006, p. 42).

Como pode ser compreendido, o que temos até então é uma atividade censória que se realizava ao setor livreiro quando a publicação já estava em circulação. Porém, a situação se modifica após a implantação do Decreto-Lei nº 1.077, em 26 de janeiro de 1970. Determinando o início da censura prévia a livros e periódicos, o referido decreto reafirma também a proibição de materiais que atentassem à moralidade pública independente do meio de comunicação utilizado. Repercussões foram sentidas, seja uma discussão de que essa nova legislação descumpria a liberdade de expressão garantida na Constituição, assim como, segundo Marcelino (2006), devido à presença, no conteúdo do documento de que sua existência se dava também a partir de uma defesa da segurança nacional que se via em perigo graças a um “inimigo subversivo”, o que fez com que grupos que se opunham ao regime acusaram o decreto-lei, para além de inconstitucional, de possuir natureza política.

Desta forma, o que temos na década de 1970 é o avanço do mercado editorial, da presença do sexo como um tema rentável, mencionado no fragmento do jornal em análise, e o desenvolvimento e sistematização de uma censura a livros usando a defesa dos “bons costumes”. O que queremos refletir é que a produção da matéria do *Jornal do Brasil* está permeada por um momento em que o mercado livreiro avança e dentro deste setor, a literatura que trabalha o sexo está fazendo muito sucesso, ao mesmo tempo em que houve a censura determinando o que poderia ou não ser consumido.



Em meio a tal momento temos a presença da “pornografia” como um tema bastante presente e a figura de Cassandra Rios pode ser pensada, por meio do trecho do *Jornal do Brasil*, como uma representante desse tipo de produção. Muito mais do que associar a literata à literatura pornográfica devido a presença de sexo, Torres elenca que uma das delimitações do pornográfico é o alto retorno financeiro. Aqui, por meio das contribuições de Lynn Hunt (1999), compreendemos a pornografia como uma categoria de análise e que teve sua delimitação pensada e refletida ao longo da história, seja por grupos religiosos e autoridades políticas. A respeito da construção de tal categoria, Eliane Moraes e Sandra Lapeiz (1984) afirmam que o termo “pornografia” provém do grego e significa “escritos sobre prostitutas”, a descrição de seu cotidiano, já para Lúcia Castello Branco (1984, p. 74) tal significado remete a escrita do “comércio do amor sexual”, a uma venda.

Além da comercialização explícita, que consiste na vendagem do produto e nos lucros que essa transação proporciona, existe aí uma troca de determinados valores por uma dose “razoável” de prazer: para atingir o “gozo” que a pornografia proporciona é preciso compactuar, adotar ou “adquirir” os valores que ela pretende inculcar (BRANCO, 1984, p. 75).

Dessa forma, o que a referida estudiosa nos elucida é que, a ideia de venda presente na etimologia do termo “pornografia” pode se referir a troca realizada entre narrativa e leitor, sendo este um dos aspectos que determina a diferença entre a já citada categoria e o erotismo. De acordo com Branco (1984), o entendimento de que uma obra é pornográfica devido a presença do sexo é uma atribuição corriqueira dada a esse tipo de literatura. Para a autora a delimitação entre o “erótico” e o “pornográfico”, ou seja, traçar uma demarcação precisa entre um e o outro não é possível. Contudo, há linhas que permitem buscar uma diferenciação. Partindo do senso comum que tende a determinar como “pornográfico” a presença do sexo de modo explícito e, “erótico” o ato sexual realizado de modo camuflado, implícito, a autora considera tais declarações como equivocadas. Justificando sua posição, Branco (1984) considera que determinar o que pode ser entendido como “pornografia” somente pela presença explícita ou não do sexo e da nudez é perigosa, pois pode acarretar numa associação de que toda produção pode ser considerada pornográfica.

Ao pensar na categoria “erotismo”, Dominique Maingueneau (2010), considera que: “o erotismo é um modo de representação da sexualidade compatível, dentro de certos limites, com os valores reivindicados pela sociedade e dado que ele constitui uma espécie de solução de compromisso entre repressão das pulsões imposta pelo vínculo social e sua livre expressão” (Maingueneau, 2010, p. 32). Bem como, o estudioso destaca que o erotismo trabalha com metáforas e metonímias.

Já sobre a pornografia, o pesquisador elucida que, seja no século XIX como atualmente, a pornografia pode desempenhar duas funções, o de categoria de classificação de produções como, filmes, livros imagens e, o de julgamento de valor para desqualificação. Bem como, o referido estudioso destaca que, para as instituições acadêmicas o título de “pornográfico” é compreendido como uma categoria de análise e “está submetido às mesmas exigências que categorias como ‘fantástico’, ‘lírico’ ou ‘policial’ aplicados à literatura” (MAINGUENEAU, 2010, p. 15). Ao refletirem sobre uma delimitação da literatura pornográfica Moraes e Lapeiz (1984) argumentam que a pornografia possui uma cumplicidade com o leitor, o de provocar excitação. Todavia, Maingueneau (2010) vem afirmar que este aspecto não pode ser decisivo para determinar se uma obra é ou não pornográfica tendo em vista que cada leitura pode provocar reações diversas nos leitores. E afirma que

A característica mais evidente da literatura pornográfica é sua inserção radicalmente problemática no espaço social: trata-se de uma produção tolerada, clandestina, noturna... O julgamento de “pornografia” supõe a fronteira que separa as práticas dignas da civilização de pleno direito e as práticas que se situam aquém disso (MAINGUENEAU, 2010, p. 22).

A reflexão trazida acima não foge da elencada por Branco em seu estudo. Ao problematizar e traçar a diferença entre a pornografia e o erotismo, a autora destaca o tom moralizante que pode ser percebido. Enquanto o erótico é aceito e bem-visto por abordar o sexo de modo velado, e a pornografia ser entendida por “vulgar” por abordar de modo explícito, isso evidencia que “em última instância, todo impulso sexual, natural ao ser humano, deverá ser considerado também grosseiro e vulgar” (BRANCO, 1984, p. 73). Assim, o que isso nos faz compreender, é que, o posicionamento que se tem à pornografia é fruto de um “problema” existente com a prática sexual em si.

E ao pensarmos sobre essa relação entre a obra cassandriana e o texto pornográfico, Rodolfo Londero (2015), contribui ao nos fazer perceber que não somente o conteúdo sexual presente contribuiu para isto, mas houve toda uma construção de imagem realizada nas capas dos livros. Se utilizando de Scarpit (1969), o já citado estudioso afirma que a capa do livro determina o gênero e o público a qual a produção é destinada. Assim, ao termos nos anos 1970 um grande consumo de pornografia, sendo este visto como um bom negócio, associar os livros da autora aqui estudada ao sexo era um meio de fazer com que o leitor ficasse atraído e o comprasse. Vender a imagem de que Cassandra escrevia pornografia era bom para os editores porque gerava altos lucros.

#### 4 Amor: um divisor de fluidos



Todos repisam que faço literatura pornográfica. Não é nada disso, não. Pornografia seria a exaltação de um vício, de atos libidinosos, prostituição impressa. Se falassem que existem nos meus livros cenas obscenas (...) estariam mais próximos da verdade. Porque obscenidade existe, é uma verdade. Não é um crime. É um nome que se dá a coisas que não podem ser feitas publicamente. Acho que página de livro é mais íntimo, muito mais particular e fechado do que o que se faz num quarto, entre 4 paredes. É mais secreto ainda (PASQUIM, 1976, p. 07 *Apud* VIEIRA, 2014, p. 110).

O trecho acima foi dito por Cassandra durante a entrevista concedida ao jornal *O Pasquim*<sup>8</sup> em 1976. É interessante o modo como Cassandra constrói sua narrativa. Muito mais do que afirmar que não escreve pornografia a escritora vai desenhando contornos do que ela entende por esta categoria. Ela parte com a percepção que a sociedade tem por sua obra, assim, ao afirmar que é constante os comentários de que ela escreve pornografia, leva a uma generalização sobre os mesmos e o engessamento na classificação de sua obra. Logo em seguida há muito mais do que uma delimitação do que Cassandra compreende por esse tipo de literatura, mas uma desqualificação da mesma. A literata não apresenta em momento algum, aspectos estruturais da literatura pornográfica como uma forma para determinar diferenças entre esse tipo de literatura e a produzida por ela, o que temos, entretanto, são opiniões e uma tentativa de rebaixamento desta categoria.

Ao delimitar a categoria “obscenidade”, Maingueneau (2010) afirma que ela não pretende trazer uma reprodução, mas, evocar as atividades sexuais, “não é a descrição precisa da atividade sexual que constitui o núcleo do relato; trata-se de intrigas engenhosas nas quais os mais astutos conseguem satisfazer suas pulsões à custa dos detentores do poder” (MAINGUENEAU, 2010, p. 27). Assim, compreendemos com o autor que a obscenidade, emerge em textos ou por parte da oralidade, visando buscar o riso, manifestada numa coletividade e que expressa, muito mais do que a presença do sexo, mas, a procura de mostrar “se dar bem” nas situações exploradas.

O fragmento acima não foi o único momento em que Cassandra se intitula como escritora de obscenidades na ausência de um título melhor. O trecho que inicia a primeira sessão deste trabalho, ela também se afirma dessa forma, quando destaca que prefere ser reconhecida como uma autora “pornográfica” ou “obscena”; bem como, não deixa de rebaixar a pornografia como a escrita do sujeito. Um outro aspecto que nos parece evidente nas narrativas de Cassandra ao tentar construir uma

<sup>8</sup> Segundo Vieira (2014), *O Pasquim* foi um semanário brasileiro criado pelo cartunista Jaguar e os jornalistas Tarso de Castro e Sérgio Cabral. O mesmo atuou entre 26 de junho de 1968 e 11 de novembro de 1991, fez oposição ao Regime Militar brasileiro, e teve a participação de figuras como, Ziraldo, Millor Fernandes, Henfil, Paulo Francis, Ivan Lessa.



separação entre a pornografia e sua obra é a de que havia “amor” entre as personagens, elas se amavam. Vejamos as afirmações dadas a *Revista Realidade*<sup>9</sup> e ao jornal *Lampião da Esquina*:

Pornografia é intenção deliberada de chocar, é corrupção, é prostituição impressa, é sexo pelo sexo. Nos meus livros, o sexo só acontece em função do amor, para realiza-lo plenamente e sem preconceitos (Rios, Cassandra. REVISTA REALIDADE, 1970, p. 122).

Eu não entendo, dentro da minha moral, o sexo sem amor. O sexo sem amor é uma doença, é um furor uterino (Rios, Cassandra. JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA, 1980, p. 16).

Sendo uma consequência do amor, Cassandra investe numa visão romantizada de sua produção, sendo este um argumento utilizado num intervalo de tempo de 10 anos, como nos mostra as datas de produção das entrevistas. De acordo com Vieira (2014, p. 108-109), “Cassandra Rios tentava se aproximar dos códigos morais que passaram a associar o amor à felicidade e à saúde. Embora soubesse que os amores lesbianos, em grande medida componentes de seus romances, não era o amor ao qual se creditava como possível e ordenada”. Considerando os posicionamentos de Cassandra e os objetivos da mesma, inferimos que se distanciar da pornografia, articulando certos jogos de e com as palavras podem ter sido uma artimanha ardilosa. Quando voltamos à Branco (1984), que destaca que a pornografia,

[...] insiste sobretudo em comportamentos que reforçam a mutilação e a solidão dos indivíduos. São freqüentes [*sic*], em obras pornográficas, as formas de prazer solitário (masturbação a um, ou a dois), as relações exclusivamente sexuais, que de preferência não contenham nenhuma carga de amor ou afeto, ou ainda os encontros fortuitos, casuais [...], não se admitindo o prazer cotidiano dos indivíduos, como parte de suas vidas (BRANCO, 1984, p. 76).

Vemos que a literata produz suas afirmações em oposição das características da pornografia. Desta maneira, ao afirmarmos que suas personagens se amavam, ela busca tornar o sexo em sua obra como “belo”, aproximando as atitudes de suas personagens do que se espera da figura feminina, mesmo que isso não seja possível em sua magnitude, já que as personagens extrapolam o aceitável pelo regime por serem lésbicas. No entanto, é visível a contradição de Cassandra em determinados momentos. Destacamos aqui ainda a entrevista realizada em 1980 pelo jornal *Lampião da Esquina*<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> A Revista Realidade foi criada pela Editora Abril e teve circulação durante os anos de 1966 a 1976, tendo por chefe da redação, Paulo Patarra.

<sup>10</sup> De acordo com Vieira (2014), o *Lampião da Esquina* foi um jornal que circulou durante os anos de 1978 e 1981, voltado para o público homossexual, e sua criação veio a partir da visita de Winston Leyland, editor do *Gay Sunshine*, uma revista homossexual americana, onde onze pessoas se reuniram na casa do pintor Darcy Penteado em São Paulo. O mesmo teve seu corpo editorial formado por: João Silvério Trevisan, João Antônio Mascarenhas, Gasparino Damata, Francisco Bittencourt, Clóvis Marques, Antônio Chrysóstomo, Aguinaldo Silva, Peter Fry, Jean-Claude-Bernadet e Darcy Penteado. Ver mais em: VIEIRA, Kyara Maria de Almeida. “Onde estão as respostas para as minhas perguntas”?: Cassandra Rios – a construção do nome e a vida escrita enquanto tragédia de folhetim (1955-2001). Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2014. p. 41.



**ANNE** – Cassandra, no início dessa entrevista, você disse que o moralismo em sua obra está no fato de não admitir sexo sem amor. Então, Ariella é imoral, é pornográfico?  
**CASSANDRA** – **Não é bem isso. Ariella usou o sexo como forma de se vingar daqueles que a haviam enganado. Era a única arma que ela tinha, a beleza física, o sexo** (JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA, 1980, p. 17, grifos do documento).

Cassandra vem afirmando com frequência que a presença do amor entre suas personagens para que o sexo ocorresse, mas ela se vê questionada pela entrevistadora, e assim, vemos uma contradição nas falas da autora. *A paranoica* (1952) não foi a única produção em que não havia amor entre as personagens, mas fora realizada práticas sexuais; destacamos aqui o livro *Uma mulher diferente* (1965), em que Ana Maria realizara mais de uma vez sexo com homens com quem acabara de conhecer, ou seja, por quem não havia sentimentos amorosos, apenas atração sexual. E essa ideia de “atração” também surge em suas argumentações:

**Tpm.** O que você acha do sexo sem amor?

**Cassandra.** Horrível.

**Tpm.** Por quê?

**Cassandra.** É uma coisa animal, para que fazer sexo sem amor?

**Tpm.** Por prazer.

**Cassandra.** Não existe sexo sem amor. Quando uma pessoa faz sexo com outra, existe algum amor.

**Tpm.** O sexo não pode bastar a si mesmo?

**Cassandra.** Não posso generalizar, não posso condenar uma coisa que não conheço. Eu não faria sexo sem amor. Sexo sem amor é sempre um estupro. Quando uma pessoa faz sexo com outra, existe um mínimo de atração visual. Então é o belo, é o amor. O amor pode surgir de uma atração física” (Cassandra Rios. Revista TPM, 2001, p. 07 – 08, grifos do documento).

Aqui, ela não fala sobre seus livros, e sim, sobre sua opinião pessoal referente a sua vida, contudo, não nos é possível desassociar da sua produção. Mesmo que se mostre enfática ao falar sobre o amor para que o sexo se realize, Cassandra neste momento apresenta um argumento contraditório, ao dizer que atração pode ser vista como suficiente para que o sexo aconteça.

**Francisco** – Você se considera uma escritora pornográfica, como muitos leitores afirmam?  
**Cassandra** – **Para esses leitores que me consideram pornográfica, aliás eu não os considero leitores [...] os considero folheadores, porque qualquer livro que se abra em determinada página, procurando determinado texto, torna-se pornográfico. Se nós destacarmos da Bíblia trechos dos Cânticos dos Cânticos, de Salomão, nós vamos deparar com páginas onde se tirarmos os títulos, versículos e deixarmos como uma obra sem autor, tais trechos serão pornográficos.**

[...]

**Dolores** – Você tem um grande público?

**Cassandra** – **Tenho, e é por isso que quando dizem que sou pornográfica, eu não me ofendo por mim, eu me ofendo pelos brasileiros que me lêem, porque seriam todos**



**pornográficos, não é?** (Rios, Cassandra. JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA, 1980, p. 16, grifos do documento).

Diferente das outras passagens, Cassandra não aborda sentimentos afetivos, mas na relação entre ela, leitores e a pornografia é que se mostra aparente. E nos é nítido que ambas as falas da autora se contradizem. Ao negar que determinado público mereça ser entendido como seus leitores por a titularem como escritora “pornógrafa”, a literata exhibe o quão receber tal título a incomoda. E essa associação da bíblia com o texto pornográfico não foi utilizado unicamente por Cassandra. Na Inglaterra de 1877, Annie Besant também fez tal comparação depois de ter sido acusada de publicar obscenidades.

## 5 Fim do Ato

*Amor é cristão  
Sexo é pagão  
Amor é latifúndio  
Sexo é invasão  
Amor é divino  
Sexo é animal  
Amor é bossa nova  
Sexo é carnaval  
(Amor e sexo – Rita Lee)*

Ao refletirmos nessa procura por uma não associação com a pornografia, percebemos que Cassandra evidencia uma relação que, não só ela, mas toda a sociedade estabelece com esta categoria. Pelo o que foi discutido, Cassandra, mesmo que de modo raso, estava situada nos debates e diferenciação das categorias: obscenidade, erotismo e pornografia. A compreensão desta última categoria, da qual, ao nosso ver, procurou fugir, não se distancia de um uso comum dado pela sociedade, como destacado por Branco (1984), onde se entende como pornográfico o texto que apresenta a nudez e práticas sexuais.

Criando caminhos, mesmo que contraditórios, Cassandra busca se distanciar da pornografia por meio de uma tentativa de tornar “pura” e aceitável o sexo em sua produção ao associá-lo ao “amor”, e fazer até mesmo com que as personagens sejam aceitas. Não devemos esquecer que quem realizava os atos sexuais não eram casais heterossexuais, mas, mulheres. Então a titulação de pornografia sobre a produção cassandriana talvez recaísse de modo diferente.

A heteronormatividade, desde o século XIX, imperou sobre o discurso das práticas sexuais ocidentais. Dentro da literatura pornográfica não foi diferente. Portanto, é apenas a partir





de 1960/1970 que começaram a surgir os personagens homossexuais como protagonistas comuns (retratados não mais como seres bizarros ou anomalias) nas histórias eróticas e pornográficas, embora caiba aqui uma ressalva: por tratar-se da representação de uma prática erótica “subversiva” para os padrões morais dos regimes mais conservadores, algumas obras receberam a chancela de pornográfica simplesmente por conter esse tipo de personagem. Isso deriva do pensamento conservador que atrela a conduta homoafetiva à práticas transgressivas de sexo. Até os nossos dias, muito da literatura homoafetiva ainda é classificada como erótica ou mesmo pornográfica, sem que no enredo conste uma cena de sexo sequer (FACCO, 2003, p. 37 *apud* SANTOS, 2017, p. 270).

As contribuições de Facco (2003) fazem com que percebamos que o “rebaixamento” na qual os livros de Cassandra se viram envolvidos se deram para além da escrita, mas pela presença de indivíduos que subvergiam as condutas desejantes pelo regime e pela camada conservadora da sociedade. Um outro fator que pode dar mais embasamento para o que fora alegado por Facco (2003) *apud* Santos (2017), é a afirmação da própria Cassandra de que publicou livros usando dois pseudônimos masculinos, Oliver Rivers e Clarence Rivier, onde as práticas sexuais eram representadas por casais heterossexuais. Estes materiais fizeram bastante sucesso, porém, diferente das produções publicadas com o pseudônimo “Cassandra”, não foram censuradas<sup>11</sup> (RIOS, 2000).

Assim, acreditamos que ao procurar se distanciar do título de escritora “pornográfica”, Cassandra tentou também fugir do preconceito existente sobre suas personagens. Rios procurou vesti-las com a delicadeza, a beleza e a pureza que a ideia de “amar” poderia causar, e abafou o preconceito ao rebaixar e desqualificar a literatura pornográfica. Mesmo se vendo amarrada com problemas com a pornografia e o sexo, e tendo e exercendo uma visão altamente religiosa sobre as condutas sexuais, ela não deixou de falar sobre, e em um regime autoritário, escrever sobre sexo e amor nas suas mais diversas formas é sonhar e lutar por liberdade.

## REFERÊNCIAS

BRANCO, Lúcia Castello. O que é erotismo. In.: MILAN, Betty(et al). **O que é amor, erotismo e pornografia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

DARTON, Robert. **Censores em ação**: como os Estados influenciaram a literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FERREIRA, Vilma Moreira. A contribuição do Caderno B do Jornal do Brasil durante o período de recessão política do regime militar. **6º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho "200**

<sup>11</sup> Ao realizarmos uma busca na catalogação realizada pelo Arquivo Nacional, onde consta os nomes das obras e autores que passaram pela avaliação do DCDP, não consta a presença de tais pseudônimos.



**anos de mídia no Brasil - Historiografia e Tendências**”, UFF - Niterói/RJ, 13 a 16 de maio de 2008. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/60-encontro-2008-1>. Acesso em: 24 mar. 2022.

HOLLANDA; Heloísa Buarque de; FILHO, Armando Freitas; GONÇALVES, Marcos Augusto. **Anos 70: Literatura**. Rio de Janeiro: Europa, 1980.

HUNT, Lynn. **A invenção da pornografia: Obscenidade e as Origens da Modernidade**. São Paulo: Hedra, 1999.

LONDERO, Rodolfo Ronato. Caçadores canibais e cabeças perigosas: a censura e o mercado de literatura pornográfica no regime de 64. **Revista eletrônica Literatura e Autoritarismo**, n° 25 – janeiro a junho de 2015.

LUCAS, Meize Regina de Lucena. Cinema e censura no Brasil: uma discussão conceitual para além da ditadura. In.: DUARTE, Ana Rita Fonteles; SILVA, Jailson Pereira da; LUCAS, Meize Regina de Lucena. **Dizer é poder: escritos sobre censura e comportamento no Brasil autoritário (1964-1985)**. Fortaleza, Imprensa Universitária, 2017.

MAINGUENEAU, Dominique. **O discurso pornográfico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MARCELINO, Douglas Attila. **Salvando a pátria da pornografia e da subversão: a censura de livros e diversões públicas nos anos 1970**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro, 2006.

MORAES, Eliane R.; LAPEIZ, Sandra. O que é pornografia. In.: MILAN, Betty (et al). **O que é amor, erotismo e pornografia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, maio-ago. 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/24766>. Acesso em: 04 abr. 2022.

OTERO, Maria Mercedes Dias Ferreira. **Censura de livros durante a ditadura militar (194-1978)**. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

PELLEGRINI, Tânia. Relíquias da casa velha: literatura e ditadura militar, 50 anos depois. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, v. 43, p. 151-177, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/elbc/n43/09.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2021.

PIOVEZAN, Adriane. **Amor romântico x deleite dos sentidos: Cassandra Rios e a identidade homoerótica feminina na literatura (1948-1972)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em estudos literários, Curitiba, 2005.

REIMÃO, Sandra. Brasil, anos 70: Mercado editorial e literatura ficcional brasileira. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 20, p. 75-88, 1993. Disponível em:





<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/CSO/article/view/8215/6663>.  
Acesso em: 22 dez. 2021.

RIOS, Cassandra. Mezzamaro, Flores e Cassis: o pecado de Cassandra. São Paulo: Editora Pétalas, 2000.

SANTOS, Claudiana Gois. Sapatão é revolução: censura, erotismo e pornografia na obra de Cassandra Rios. **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 7, p. 263-279, mai./out. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/21782/14296>. Acesso em: 23 fev. 2022.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. **O procedimento racional e técnico da censura federal brasileira como órgão público**: um processo de modernização burocrática e seus impedimentos (1964-1988). Tese (doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004.

SILVA, Livia Bruna da. **Representações sobre luta armada nas páginas do Jornal do Brasil durante a Ditadura civil-miliar (1967-1973)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São João Del Rei, Programa de Pós-Graduação em História, São João Del Rei, 2021.

SILVA, Thiago de Sales. **“Espetáculo inconveniente para qualquer horário”**: a censura e a recepção das telenovelas na Ditadura Militar brasileira (1970-1980). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2016.

VIEIRA, Kyara Maria de Almeida. **“Onde estão as respostas para as minhas perguntas”?**: Cassandra Rios – a construção do nome e a vida escrita enquanto tragédia de folhetim (1955-2001). Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2014

